

Movimento de combate à violência contra a mulher
Somente com o envolvimento de *todos* podemos mudar essa realidade.

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO



Governo do Estado
do Espírito Santo

ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO

www.es.gov.br

Vitória (ES), Sexta-feira, 27 de Abril de 2018

Banco do Nordeste vai investir R\$ 1 bilhão em obras no Estado

Do total, R\$ 845 milhões são provenientes de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

>>> O Banco do Nordeste vai investir R\$ 1 bilhão no Espírito Santo neste ano. A novidade foi anunciada ontem pelo governador Paulo Hartung e o presidente da instituição, Romildo Rolim, no Palácio

Anchieta, em Vitória. Do total a ser investido no Estado, R\$ 845 milhões são provenientes de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Deste valor, R\$ 345 milhões serão

destinados para projetos de investimento, custeio e capital de giro em diversos setores da economia. Já os R\$ 500 milhões restantes do fundo vão ser para projetos de infraestrutura. **Página 3**



LEONARDO DUARTE / SECOM-ES

>>> Os investimentos vão beneficiar um total de 28 municípios das Regiões Norte e Noroeste, que são atendidos pelo Banco do Nordeste

**Empreendedor
ganha escritório e
portal para facilitar
atendimento**

Página 4

**Agenda de cursos:
Esesp abre mais
de mil vagas para o
mês de maio**

Página 5

Expediente

Na próxima segunda-feira (30), as repartições estaduais funcionarão normalmente. Na terça (1º), Dia do Trabalhador, não haverá expediente, com exceção daqueles órgãos que desempenham suas funções em regime de escala ou não admitem paralisação.



DIVULGAÇÃO / SECOM - ES

**ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE
ESPÍRITO SANTENSE - AEBES
HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES – HEJSN**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos administradores e associados
Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense – AEBES
Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves
Serra, ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense – AEBES referente ao Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado do período e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor e pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

-Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta

a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 09 de fevereiro de 2018.

Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-0

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)**

	Nota	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
ATIVO			
CIRCULANTE		44.573.045	44.745.551
Caixas e Equivalentes de Caixa	4	18.025.211	19.585.054
Contas a Receber de Clientes	5	21.143.904	20.321.701
Estoques	6	4.264.534	3.817.122
Outros Ativos Financeiros	7	1.139.397	1.021.674
NÃO CIRCULANTE		472.746	274.791
Deposito Judicial	16	391.126	266.609
Imobilizado	8	79.754	8.182
Intangível	9	1.866	-
CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVA	18	13.367.728	28.549.638
Imobilizado de Terceiros		13.367.728	12.705.748
Contrato de prestação de serviço em saúde		-	15.843.890
TOTAL DO ATIVO		58.413.518	73.569.980

	Nota	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
PASSIVO			
CIRCULANTE		36.765.739	42.974.729
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	11	11.996.019	11.569.288
Obrigações Sociais	12	4.429.832	4.093.087
Provisões Sociais	13	4.266.071	3.982.590
Obrigações Fiscais	14	214.533	209.101
Recursos Públicos p/Investimentos a Realizar	15.1	327.892	154.007
Recursos Públicos p/custeio a Realizar	15.2	15.531.393	22.966.656
NÃO CIRCULANTE		8.280.052	2.045.613
Provisões para processos judiciais	16	8.280.052	2.045.613
PATRIMÔNIO SOCIAL	17	-	-
CONTAS DE COMPENSAÇÃO PASSIVA	18	13.367.728	28.549.638
Imobilizado de Terceiros		13.367.728	12.705.748
Contrato de prestação de serviço em saúde		-	15.843.890
TOTAL DO PASSIVO		58.413.518	73.569.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO (Em reais)

	Nota	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
RECEITAS OPERACIONAIS		197.229.576	177.537.797
RECEITA HOSPITALAR		194.762.290	175.300.240
LIQUIDA		194.762.290	175.300.240
SESA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		194.762.290	175.300.240
(+) Receita de Serviços de Saúde	15.2	194.762.290	175.300.240
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		2.467.285	2.237.557
OUTRAS RECEITAS		2.467.285	2.237.557

CONTINUA.

CONTINUAÇÃO.

(+) Receita com Subvenções Governamentais	15.1	1.166.608	1.129.643
(+) Receita Financeira	24	728.147	791.767
(+) Outros Recursos Recebidos	19	572.531	316.147
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(197.229.576)	(177.537.797)
(-) Custos de Pessoal Próprio	20	(52.616.886)	(47.817.409)
(-) Custos de Serviços	21	(99.512.214)	(92.621.065)
(-) Custos de Materiais	22	(30.199.381)	(29.180.428)
(-) Despesas Gerais	23	(7.192.256)	(6.453.072)
(-) Despesas Financeiras	24	(52.831)	(61.419)
(-) Despesas Tributárias	25	(100.852)	(61.937)
(-) Depreciações/Amortizações	8,9	(1.253.086)	(1.136.664)
(-) Contingência Trabalhista e Cível	16	(6.277.989)	(202.410)
(-) Outras Despesas Operacionais	26	(24.082)	(3.393)
(-) Impostos e Contribuições Federais e Municipais	27	(32.303.462)	(18.709.622)
(+) Impostos e Contribuições Federais e Municipais - Isenções Usufruídas	27	32.303.462	18.709.622
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em reais)

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit ou Déficit do Período	-	-
AJUSTES QUE NÃO REPRESENTAM ENTRADA OU SAÍDA DE CAIXA		
Depreciação/Amortização/Exaustão Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.210.764	1.136.664
Baixas do Ativo Imobilizado	318.879	(1)
Contingencial	6.277.989	202.410
Baixa de Constituição da Provisão Contingencial	(43.550)	(49.910)
SUPERÁVIT OU DEFICIT DO PERÍODO AJUSTADO	7.764.081	(5.243.523)
Clientes	(822.203)	6.044.783
Outros Ativos Financeiros	(117.723)	(69.840)
Estoques	(447.412)	381.158
Depósitos Judiciais	(124.518)	(145.336)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS	(1.511.855)	6.210.765
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	426.731	(128.928)
Obrigações Sociais	336.745	617.445
Provisões Sociais	283.481	602.323
Obrigações Fiscais	5.432	20.892
Recursos Públicos a Realizar	(7.435.263)	7.951.151
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(130.649)	10.030.125
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.603.080)	(1.134.832)
Aquisição de Ativo Imobilizado/Intangível	(290.538)	(736.517)
Receita Diferida de Imobilizado/Intangível	(1.312.542)	(398.315)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	173.885	(660.073)
Subvenções de Investimento	173.885	(660.073)
TOTAL DE GERAÇÃO DE CAIXA DAS ATIVIDADES	(1.559.844)	8.235.220
Caixa no Início do Período	19.585.054	11.349.834
Caixa no Final do Período	18.025.211	19.585.054
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA	(1.559.844)	8.235.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em reais)

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
1 - RECEITAS	197.229.576	177.537.797
1.1) Prestação de Serviços	194.762.290	175.300.240
1.2) Não Operacionais	1.739.138	1.445.790
1.3) Receitas Financeira	728.147	791.767
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	143.205.921	128.460.369
2.1) Custo do Serviço Prestado	99.512.214	92.621.065
2.2) Custo de Materiais, Gastos Gerais, Contingências e Outras Despesas Operacionais	43.693.707	35.839.304
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	54.023.655	49.077.429
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.253.086	1.136.664
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	52.770.569	47.940.765

6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA

	32.303.462	18.709.622
6.1) Isenções Usufruídas	32.303.462	18.709.622

7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)

	85.074.031	66.650.388
--	-------------------	-------------------

8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	85.074.031	100%	66.650.388	100%
8.1) Pessoal + Encargos	52.616.886	57%	47.817.409	72%
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	32.404.313	43%	18.771.559	28%
8.3) Despesas Financeiras	52.831	0%	61.420	0%
8.4) Superávit	-	0%	-	0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em reais)**1 CONTEXTO OPERACIONAL**

Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense - AEBES, com sede na Rua Vênus, sem número, Alecrim, Vila Velha - ES inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob o nº 28.127.926/0001-61, é uma sociedade de direito privado e de caráter filantrópico, fundada em 05 de maio de 1956, tendo por finalidades organizar, manter e desenvolver atividades que promovam o bem-estar social, a saúde, a educação e a assistência espiritual à população, sem qualquer distinção, em conformidade com os princípios Cristãos Evangélicos, sem fins econômicos ou lucrativos.

O reconhecimento da entidade de fins filantrópicos no âmbito federal está devidamente consubstanciado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, órgão vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, consoante às disposições contidas no art. 3º da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, bem como pelo Decreto Lei nº 86.174 de 02 de julho de 1981. Conta, também, reconhecimento em nível estadual no Estado do Espírito Santo, através da Lei nº 1.761 de 02 de janeiro 1983, e em nível municipal no Município de Vila Velha através da Lei nº 1.405 de 09 de fevereiro de 1972.

A Portaria nº 908 de 19 de maio de 2017, expedida pelo Ministério da Saúde, garantiu o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à AEBES, até o dia 28 de dezembro de 2019. A AEBES encontra-se devidamente habilitada como Organização Social pela Lei Complementar Estadual nº 489/09 e suas regulamentações, publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 25 de novembro de 2016.

A AEBES firmou contrato de gestão com o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo, Contrato nº 001/2012, o qual foi publicado em 01 de novembro de 2012, com vigência de 60 meses, para gerir o Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves com sede na Avenida Paulo Pereira Gomes, sem número, Morada de Laranjeiras, Serra - ES, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob o nº 28.127.926/0002-42. No dia 1º de novembro de 2017 foi assinado o décimo quinto aditivo, prorrogando a vigência do Contrato nº 001/2012 pelo período de 02 de novembro de 2017 a 01 de novembro de 2022.

O HEJSN foi inaugurado no dia 24 de fevereiro de 2013 e é um marco na história do Estado do Espírito Santo. Considerado uma unidade de saúde moderna, sendo referência para urgência e emergência, clínicas e cirúrgicas, traumatologia-ortopedia, e conta com um Centro de Tratamento de Queimados (CTQ).

O hospital possui 377 leitos, que estão assim distribuídos: 47 leitos de UTI, 86 leitos de clínica cirúrgica, 102 leitos de clínica médica, 10 leitos para Centro de Tratamento de Queimados, 2 leitos de Hospital Dia, 40 leitos de UTIN/UCIN, 15 leitos de UADC, 50 leitos de maternidade de alto risco e ainda 25 leitos para o Pronto Socorro com plantões presenciais de profissionais médicos nas seguintes especialidades: Cirurgia Geral, Ortopedia, Neurocirurgia, Cirurgia Torácica, Cirurgia Vascular e Clínica Médica. O Hospital possui seis pavimentos, tem estacionamento próprio com 517 vagas e um heliponto que facilita os atendimentos de urgência e emergência.

O Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves adotou conceitos globais de sustentabilidade, humanização, acessibilidade, automação, acolhimento e flexibilidade. Foi construído levando-se em consideração o estilo ecologicamente correto, inclusive aproveitando a energia solar para aquecimento de água por meio de um reservatório coletor de águas da chuva, que também permite o aproveitamento para irrigação em bacias sanitárias e lavagem de piso. O atendimento do HEJSN é 100% prestado aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas, estão expressas em reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, e nos aspectos não abordados por esta interpretação, aplicou-se a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para processo judiciais, dentre outras. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 09 de fevereiro de 2018.

2.2 Continuidade

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, que pressupõe que uma entidade está em plena atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Partindo deste pressuposto a entidade informa que não tem a intenção e nem a necessidade de entrar em liquidação, e nem reduzir materialmente suas

CONTINUA.

CONTINUAÇÃO.

operações de prestação de serviços.

A AEBES possui um contrato de gestão para a operacionalização da unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, contrato nº 001/2012, assinado pela AEBES e a Secretaria de Estado da Saúde, publicado em 01 de novembro de 2012, o qual foi renovado em 01 de novembro de 2017, conforme aditivo de nº 15º, com vigência de 60 meses. Este contrato até a presente data apresenta resultados de excelência quanto ao cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas junto a contratante. Sendo assim a entidade informa que esta unidade até o término do contrato em 31 de outubro de 2022 não prevê descontinuidade das operações.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Instrumentos Financeiros Básicos

A entidade mensura seus ativos financeiros e passivos financeiros básicos, como definido na seção 11 da NBC TG 1000 – Instrumentos Financeiros Básicos, aprovada pela resolução CFC nº 1.285/10. Os instrumentos financeiros básicos da entidade são classificados como empréstimos e recebíveis e são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de perda por redução ao seu valor recuperável, exceto as propriedades para investimento que são mantidos ao valor justo com ajuste em resultado. Considerando que o ajuste a valor presente – AVP, envolve elementos do ativo e passivo de longo prazo, e que os demais ativos e passivos de curto prazo somente deverão ser ajustados ao seu valor presente, caso o ajuste tenha efeito relevante nas demonstrações contábeis, a entidade informa que realiza o ajuste a valor presente dos ativos e passivos de curto prazo quando representarem relevância para as demonstrações contábeis. Os instrumentos financeiros básicos da entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes e não-circulantes, fornecedores e outras contas a pagar, obrigações e provisões sociais e obrigações fiscais.

(b) Caixa e Equivalente de Caixa

As contas de caixa e equivalentes de caixa são representadas pelos recursos financeiros que se encontram à disposição da entidade, compreendendo os meios de pagamento em moeda e em outras espécies, os depósitos bancários e os títulos de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

Os recursos disponíveis são restritos e de uso exclusivo do HEJSN, cuja movimentação está vinculada a projetos de subvenção para investimentos e custeios aprovados (Nota 4).

(c) Contas a Receber de Clientes

Os valores de clientes são inicialmente, reconhecidos pelo valor nominal (valor justo) e subsequentemente, quando aplicável, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

As perdas por redução no valor recuperável (*impairment*), representam a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Resolução do CFC nº 1.255/09, seção 11, item 11.21). No final de cada período de divulgação a instituição avalia a existência de evidências objetivas quanto ao valor recuperável dos ativos financeiros e caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil é reconhecido imediatamente uma redução no valor recuperável, no resultado.

As perdas por redução no valor recuperável são calculadas com base na média percentual histórica dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios anteriores. O percentual de inadimplência é aplicado sobre o saldo final dos clientes a receber. Para os clientes que já possuíam cobrança judicial e/ou administrativa a regra aplicada é o de reconhecer 100% da dívida como perda (Nota 5).

(d) Estoques

Os estoques estão demonstrados ao valor do custo. O método para avaliação do custo é determinado pelo custo médio ponderado de aquisição, que não superam os preços de mercado (Nota 6).

Os estoques referem-se, substancialmente, a medicamentos e material médico-hospitalar, que estão ligados diretamente a atividade fim da entidade.

(e) Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação (Nota 8). Os gastos com a manutenção do ativo fixo, quando representam melhorias (aumento da vida útil ou capacidade operacional), são capitalizados e os gastos remanescentes são debitados nas contas de despesas, quando incorridos. As taxas anuais de depreciação adotadas são calculadas pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos ativos, conforme segue abaixo:

Edificações	4%
Móveis, utensílios, instalações, máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%

(f) Intangível

Está demonstrado ao custo histórico de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, limitados ao prazo de cinco anos (Nota 9).

(g) Contas de Compensação – Imobilizado de Terceiros

Esta conta representa os bens que estão em poder da AEBES, recebidos da Secretaria de Estado da Saúde – SESA e destinados à abertura e à operacionalização do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2012, Anexo IV - Termo de Permissão de Uso, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 2484-R, do ES (Nota 18).

(h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor seja feita.

(i) Doações

A entidade recebe doações de pessoas jurídicas. No ano de 2017 a entidade recebeu doações de medicamentos, material médico hospitalar, órteses e próteses e material de expediente, totalizando o valor de R\$ 112.481 (Nota 19).

(j) Auxílios e Subvenções

A entidade reconhece as subvenções de acordo com a seção 24 da NBC

TG 1000, aprovada pela resolução CFC nº 1.255/09 e a Resolução CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07 (R1)), que vedam a contabilização de subvenções no Patrimônio Líquido e estabelece que as subvenções, inclusive as não monetárias, sejam reconhecidas pelo regime de competência e em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário, confrontadas com as despesas correspondentes. O reconhecimento da receita de subvenção governamental no momento de seu recebimento somente é admitido nos casos em que não houver base de alocação da subvenção ao longo dos períodos beneficiados e quando houver segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas.

Enquanto não atendidos os critérios para reconhecimento da receita, a entidade reconhece a subvenção como um passivo ou uma conta retificadora do ativo, quando essa é relacionada com ativos e não vinculadas a obrigações futuras, conforme a Seção 24 da NBC TG 1000 (Nota 15).

O Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves recebe recursos específicos para aplicação em investimento através do Contrato de Gestão nº 001/2012, no qual são elaborados projetos para utilização do recurso liberado.

(k) Passivos contingentes

Conforme preceitua a seção 21 da NBC TG 1000, que trata sobre as Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, passivos contingentes são obrigações possíveis que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os passivos contingentes não são registrados contabilmente, entretanto são divulgados em nota explicativa (Nota 16), a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

(l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(m) Contabilização de custos, despesas e receitas

Conforme Contrato de Gestão, firmado entre a AEBES – Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense e a SESA – Secretaria de Estado da Saúde, os recursos assistenciais repassados devem ser utilizados com a finalidade única de subsidiar as operações oferecidas pelo Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. Dessa forma, as receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo conforme estabelecido em contrato, e reconhecidas quando for provável que benefícios futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Conforme o que está estabelecido na Seção 24 da NBC TG 1000, no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistência ou subvenção governamental, tais receitas são reconhecidas quando não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora ou as condições de desempenho impostas pela subvenção forem atendidas.

Atendidos os requisitos para reconhecimento, os recursos governamentais são reconhecidos como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática (Resolução CFC nº 1.409/12 – ITG 2002 (R1), item 9 e Resolução CFC nº 1.305/10 – NBC TG 07 (R1), item 12), obedecendo ao princípio da competência, independente da emissão da nota fiscal ou de seu recebimento.

Os custos e despesas são apurados pelo princípio da competência e serão objeto de parecer por parte da SESA – Secretaria de Estado da Saúde para fiscalização e monitoramento do Contrato de Gestão. Desta forma, os montantes registrados desde o início das operações do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, poderão sofrer alterações, de acordo com os resultados alcançados na análise das informações e na conclusão do parecer da Comissão de Avaliação.

(n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4 CAIXA E EQUIVALENCIA DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são específicos para utilização no objeto do Contrato de Gestão nº 001/2012 de operacionalização e execução dos serviços de saúde do HEJSN. Os recursos disponíveis são restritos e de uso exclusivo do HEJSN para operacionalização de suas atividades.

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Caixa:		
Caixa	1.625	964
	1.625	964
Banco conta movimento:		
Com restrição	27.077	5.962
	27.077	5.962
Aplicações vinculadas a Projetos / Convênios:		
CDB / RDB	17.996.509	19.578.128
	17.996.509	19.578.128
	18.025.211	19.585.054

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores de clientes são representados unicamente pela SESA – Secretaria de Estado da Saúde, por se tratar de um contrato específico para operacionalizar o Hospital Dr. Jayme Santos Neves, hospital do Estado.

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
SESA - Secretaria de Estado da Saúde	21.143.904	20.321.701

CONTINUA.

CONTINUAÇÃO.

	<u>21.143.904</u>	<u>20.321.701</u>
Provisões para Crédito de Liquidação Dúvidosa	31/12/2017	31/12/2016
Saldo em 1º de janeiro	-	(6.532.686)
Provisões constituídas no período	-	-
Reversões realizadas no período	-	-
Baixas realizadas no período	-	6.532.686
Valor líquido a receber de clientes	21.143.904	20.321.701

Considerando que a entidade não possui, em 31 de dezembro de 2017, valores a receber de longo prazo, assim como os valores de curto prazo existentes possuem vencimento inferior a 90 dias, não há necessidade de reconhecimento de ajuste a valor presente, uma vez que se referem a créditos de curto prazo em que o recebível é reconhecido com base no valor à vista não descontado da entidade, que normalmente é o preço da nota fiscal, conforme preceitua a seção 11 da NBC TG 1000.

6 ESTOQUES

Os estoques estão avaliados pelo método do custo médio ponderado de aquisição, reduzidos dos valores de perdas por validade vencida, embalagem violada, quebra e desuso, que reduzem o valor recuperável dos estoques.

	%	Em 31 de dezembro de 2017	%	Em 31 de dezembro de 2016
Medicamentos	39%	1.489.119	35%	1.490.384
Material Médico Hospitalar	30%	1.136.964	27%	1.126.415

Outros	31%	1.638.451	38%	1.200.323
Valores baixados do estoque		<u>4.264.534</u>		<u>3.817.122</u>
		<u>203.161</u>		<u>201.863</u>

7 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Estão representados por valores adiantados a fornecedores e empregados, despesas antecipadas e outros, todos registrados pelo custo do valor histórico.

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Outros Créditos	685	685
Adiantamentos a Fornecedores	229.429	87.484
Adiantamentos de Férias	292.548	317.240
Lanchonete	9.756	14.608
Despesas Antecipadas	48.858	38.185
Tributos e impostos a recuperar	13.964	13.964
Empréstimos de Materiais e Medicamentos	544.156	549.508
	<u>1.139.397</u>	<u>1.021.674</u>

8 IMOBILIZADO

O Contrato de Gestão nº 001/2012 firmado entre a AEBES e a SESA, prevê recursos financeiros para aquisição de bens e/ou reforma predial, e são renovados por aditivos. Os recursos que são destinados exclusivamente para investimento, a entidade com base na seção 24 da NBC TG 1000 e Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 (R1)) que tratam da Subvenção e Assistência Governamental, realiza os registros no passivo como recursos públicos para investimento a realizar e estes recursos recebidos são reconhecidos como receita durante a vida útil do bem depreciável.

	Taxa anual de depreciação %	Custo Histórico 31/12/2016	Adições	Baixas	Custo Histórico 31/12/2017	Depreciações Acumuladas	Depreciações do Período	Contrapartida das Baixas na Depreciação	Saldo Residual 31/12/2017	Saldo Residual 31/12/2016
Equipamentos Hospitalares	10%	4.721.840	282.385	(301.625)	4.702.600	(1.765.860)	(552.605)	39.103	2.936.740	3.458.531
Equipamentos de Informática	20%	69.977	2	(2)	69.977	(57.367)	(16.376)	-	12.609	28.985
Moveis e Utensílios	10%	563.695	8.151	(17.252)	554.594	(229.098)	(56.970)	3.219	325.496	388.348
Instalações	10%	73.991	-	-	73.991	(22.151)	(7.399)	-	51.840	70.190
		<u>5.429.502</u>	<u>290.538</u>	<u>(318.879)</u>	<u>5.401.162</u>	<u>(2.074.476)</u>	<u>(633.350)</u>	<u>42.322</u>	<u>3.326.686</u>	<u>3.946.054</u>
(-) Receita Diferida de Imobilizado									<u>(3.246.932)</u>	<u>(3.937.872)</u>
									<u>79.754</u>	<u>8.182</u>

9 INTANGÍVEL

O ativo intangível é composto por *softwares*, sistemas informatizados de gestão, adquiridos com recursos próprios e com subvenção governamental, utilizados nas atividades da entidade. Os recursos de subvenção são registrados no passivo quando do seu recebimento e reconhecidos como receita durante a vida útil do bem amortizável, conforme orientação da seção 24 da NBC TG 1000 e Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 (R1)) que trata da Subvenção Governamental.

	Taxa anual de depreciação %	Custo Histórico 31/12/2016	Adições	Baixas	Custo Histórico 31/12/2017	Amortizações Acumuladas	Amortizações do Período	Saldo Residual 31/12/2017	Saldo Residual 31/12/2016
Softwares	20%	3.098.679	-	-	3.098.679	(2.679.085)	(619.736)	419.594	1.039.330
(-) Receita Diferida do Intangível								<u>(417.728)</u>	<u>(1.039.330)</u>
								<u>1.866</u>	<u>-</u>

10 AJUSTE AO VALOR RECUPERÁVEL - IMPAIRMENT

A entidade informa que não realiza o teste de redução ao valor recuperável de seu ativo imobilizado da unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme dos Santos Neves, em decorrência do objeto do contrato firmado entre a entidade e a Secretaria de Estado da Saúde - SESA que prevê apenas a operacionalização dos serviços do hospital estadual público Dr. Jayme dos Santos Neves, sendo que todos os bens do ativo imobilizado pertencem ao Estado e estão em poder da AEBES conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2012, Anexo IV - Termo de Permissão de Uso, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 2484-R, do ES. A entidade deverá transferir integralmente ao Estado em caso de rescisão do contrato, o patrimônio, os legados ou doações que lhe foram destinados, os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde, os bens e recursos pré-existentes ao contrato ou adquiridos com recursos a ele estranhos e de atividades próprias da entidade, diferentes e não relacionadas ao contrato de gestão.

11 FORNECEDORES

Os valores de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente, reconhecidos pelo valor nominal (valor justo) e subsequentemente, quando aplicável, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, acrescidos quando devido, dos correspondentes encargos dos títulos vencidos, incorridos até a data da apresentação das demonstrações contábeis.

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Fornecedores Gerais de Estoque	2.400.509	2.283.883
Fornecedores de Serviços	476.969	451.789
Repasse Médico	6.897.118	6.794.427
Gêneros Alimentícios	17.955	2.453
Fornecedores de Outras Contas a Pagar	498.544	365.940
Fornecedores Despesas a pagar	1.235.272	834.792
Empréstimos e Manipulação de Materiais e Medicamentos	469.652	836.006
	<u>11.996.019</u>	<u>11.569.288</u>

Considerando que a entidade não possui, em 31 de dezembro de 2017, valores a pagar de longo prazo, assim como os valores de curto prazo existentes possuem vencimento inferior a 90 dias, não há necessidade de reconhecimento de ajuste a valor presente, uma vez que se referem a débitos de curto prazo em que a dívida é reconhecida com base no valor à vista não descontado da entidade, que normalmente é o preço da nota fiscal, conforme preceitua a seção 11 da NBC TG 1000.

12 OBRIGAÇÕES SOCIAIS

As obrigações sociais estão representadas pelos valores devidos sobre a folha de salários dos funcionários como o INSS, o PIS e o FGTS. Além disso, compõem as obrigações sociais a retenção do INSS pela cessão de mão-de-obra, assim como as contribuições retidas de terceiros.

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Salários a Pagar	2.868.205	2.537.307
Rescisões a Pagar	27.035	15.374
Pensão Judicial/Alimentícia	2.360	1.845
Contribuição Social/Sindical	2.218	2.723
FGTS a Pagar	391.654	391.054
INSS a Pagar - Folha	316.666	280.541
INSS Autônomos	1.798	1.199
INSS s/Prestação de Serviços	134.434	129.838
IRRF - Folha	255.335	181.156
PIS a Pagar - Folha	71.108	62.053
Pis/Cofins/CSLL Lei 10.833/2003	247.028	320.808
Plano Odontológico	5.922	-
Plano de Saúde	106.069	169.189
	<u>4.429.832</u>	<u>4.093.087</u>

13 PROVISÕES SOCIAIS

As obrigações sociais foram provisionadas com base na remuneração mensal do empregado respeitando a quantidade de avos devidos a que

CONTINUA.

Vitória (ES), Sexta-feira, 27 de Abril de 2018.

CONTINUAÇÃO.

tenha direito, bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores objetos da provisão, conforme o princípio da competência.

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Provisão de Férias	3.914.600	3.654.775
Encargos s/Provisão de Férias	351.471	327.815
	4.266.071	3.982.590

14 OBRIGAÇÕES FISCAIS

Em função do caráter beneficente da entidade, as obrigações fiscais estão representadas apenas pelas retenções do imposto de renda na fonte e ISS na fonte sobre as prestações de serviço.

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Imposto de Renda Retido na Fonte	80.878	104.781
ISS - Retenção	133.654	104.320
	214.533	209.101

15 RECURSOS PÚBLICOS A REALIZAR

Recursos públicos a realizar representam um benefício econômico específico recebido por meio do Contrato de Gestão nº 001/2012 firmado entre a AEBES - Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense

e o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da SESA - Secretaria de Estado da Saúde, e possui como objetivo pré-determinado e único a operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves (Resolução CFC nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1)). Os recursos governamentais disponibilizados são mensurados ao valor justo, valor nominal conforme estabelecido em contrato, acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira. Estes recursos enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado são registrados em conta específica do passivo (Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1), item 11). Atendidos os requisitos para reconhecimento, os recursos governamentais são reconhecidos como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática (Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1), item 9 e Resolução CFC nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1), item 12).

15.1 Recursos Públicos Para Investimento a Realizar - Subvenções
Recursos públicos para investimento a realizar corresponde às subvenções dos recursos financeiros de investimento recebidos da SESA - Secretaria de Estado da Saúde, destinados à aquisição de bens e/ou reforma predial para o Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. Em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 8.913.735 representa a totalidade de recursos recebidos. Somados a estes recursos temos os rendimentos no valor de R\$ 304.556, resultante das aplicações realizadas no mercado financeiro dos recursos recebidos. Até 31 de dezembro de 2017 foram realizadas aquisições de bens permanentes no montante de R\$ 8.499.941 sendo R\$ 5.401.162 em imobilizado e R\$ 3.098.679 em ativos intangíveis (Nota 8 e 9). Estes bens foram ativados com base na seção 24 NBC TG 1000 e Resolução nº 1.305/10 (NBC TB 07 (R1)).

	Ativo				Passivo e Receita			
	Recursos recebidos	Saldo em Bancos conta movimento	Saldo de Aplicações financeiras	Receita Diferida Imobilizado	Receita Diferida Intangível	Rendimentos de Aplicação Financeira	Apropriação no Resultado	Saldo do Passivo
SUBVENÇÕES DE INVESTIMENTO								
Em 31 de dezembro de 2012	1.000.000	-	-	-	-	-	-	1.000.000
Movimentação de 2013	5.703.482	779	1.260.059	(2.851.092)	(2.485.961)	87.527	(450.350)	3.607
Em 31 de dezembro de 2013	6.703.482	779	1.260.059	(2.851.092)	(2.485.961)	87.527	(450.350)	1.003.607
Movimentação de 2014	1.490.274	38.510	(1.006.857)	(1.111.798)	215.722	88.570	(1.395.994)	(713.227)
Em 31 de dezembro de 2014	8.193.756	39.289	253.202	(3.962.890)	(2.270.239)	176.096	(1.846.344)	290.380
Movimentação de 2015	719.979	680.690	(22.131)	246.439	611.173	29.254	(1.083.145)	523.700
Em 31 de dezembro de 2015	8.913.735	719.978	231.071	(3.716.451)	(1.659.066)	205.351	(2.929.489)	814.080
Movimentação de 2016	-	(719.977)	64.958	(221.421)	619.736	71.254	(1.129.643)	(660.073)
Em 31 de dezembro de 2016	8.913.735	2	296.029	(3.937.872)	(1.039.330)	276.605	(4.059.132)	154.007
Movimentação de 2017	-	1	5.840	690.940	621.602	27.951	(1.166.608)	173.885
Em 31 de dezembro de 2017	8.913.735	3	301.869	(3.246.932)	(417.728)	304.556	(5.225.739)	327.892

15.2 Receita de Recursos Públicos para Custeio a Realizar

Recursos públicos para custeio, a realizar, correspondem aos recursos financeiros assistenciais recebidos da SESA - Secretaria de Estado da Saúde, destinados a operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. O valor de R\$ 804.438.830 corresponde aos recursos disponibilizados para operacionalização do HEJSN, somados a estes recursos temos os rendimentos de aplicações financeiras no valor de R\$ 6.410.971. Em 31 de dezembro de 2017 o valor de R\$ 795.390.398 representa o montante utilizado para custear as despesas registradas ao longo do período durante os exercícios de 2012 a 2017, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

(QUADRO A)

	Ativo				Passivo e Receita		
	Recursos recebidos	Saldo em Bancos conta movimento	Saldo de Aplicações financeiras	Rendimento de aplicação financeira	Ressarcimento de Despesas	Apropriação no Resultado	Saldo do Passivo
RECURSOS PÚBLICOS A REALIZAR							
Em 31 de dezembro de 2012	5.639.516	455	5.542.283	25.784	-	(403.550)	5.261.750
Movimentação de 2013	95.751.839	12.514	4.690.935	526.184	-	(92.431.877)	3.846.146
Em 31 de dezembro de 2013	101.391.355	12.969	10.233.218	551.968	-	(92.835.427)	9.107.896
Movimentação de 2014	168.051.290	9.443.558	(6.982.121)	974.377	71.990	(161.047.145)	8.050.513
Em 31 de dezembro de 2014	269.442.645	9.456.527	3.251.097	1.526.345	71.990	(253.882.571)	17.158.409
Movimentação de 2015	168.051.290	(9.446.358)	7.135.885	1.251.103	-	(171.445.297)	(2.142.904)
Em 31 de dezembro de 2015	437.493.935	10.169	10.386.982	2.777.448	71.990	(425.327.868)	15.015.505
Movimentação de 2016	181.352.809	(4.209)	8.895.117	1.898.582	-	(175.300.240)	7.951.151
Em 31 de dezembro de 2016	618.846.744	5.960	19.282.099	4.676.030	71.990	(600.628.108)	22.966.656
Movimentação de 2017	185.592.086	21.115	2.406.490	1.734.941	-	(194.762.290)	(7.435.263)
Em 31 de Dezembro de 2017	804.438.830	27.075	21.688.589	6.410.971	71.990	(795.390.398)	15.531.393

(Quadro B)

Demonstrativo mensal:	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Janeiro	15.624.585	14.125.718	14.039.265	9.143.748	618.253	-
Fevereiro	14.941.767	13.698.367	13.749.505	13.862.559	2.149.398	-
Março	15.951.410	14.316.803	14.135.643	12.504.534	5.471.132	-
Abril	15.337.807	14.108.215	13.398.291	12.900.064	5.786.919	-
Maio	15.744.480	14.526.397	13.485.789	12.805.864	7.834.302	-
Junho	15.301.983	14.271.662	19.006.976	13.775.670	8.579.873	-
Julho	15.366.086	14.843.977	13.759.317	13.263.230	8.390.234	-
Agosto	16.413.499	15.016.433	13.608.726	14.063.204	8.820.107	-
Setembro	21.502.010	14.983.089	14.081.439	15.572.446	9.562.853	-
Outubro	16.296.973	15.106.199	13.885.666	14.136.852	10.653.337	-
Novembro	16.163.535	15.356.437	13.676.262	14.316.096	11.437.718	59.603
Dezembro	16.118.155	14.946.943	14.618.417	14.702.877	13.127.750	343.947
Receita Serviços de Saúde	194.762.290	175.300.240	171.445.296	161.047.145	92.431.877	403.550
Recursos Públicos realizados	795.390.398	600.628.108	425.327.868	253.882.572	92.835.427	403.550

16 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A entidade contabiliza a provisão para contingências judiciais trabalhistas, cíveis e tributárias, a partir dos valores estimados das causas, atribuídos, corrigidos e atualizados, pela assessoria jurídica. Dentre as causas com provável expectativa de perda, conforme Resolução do CFC nº 1.180/09 e NBC TG 25, em 31 de dezembro de 2017 o saldo de contingências trabalhistas, cíveis e tributárias foi atualizado para R\$ 8.280.052 (R\$ 2.045.613 em 31 de dezembro de 2016).

No segundo semestre de 2017, a entidade recebeu autos de infração, emitidos pela Prefeitura Municipal de Serra, relativos à cobrança de suposta diferença nas alíquotas utilizadas para retenção das notas fiscais de serviços prestados.

Os referidos autos foram convertidos em processos administrativos/tributários, cujo montante é de R\$ 5.719.437. A Entidade reconheceu devidamente os valores dos processos no resultado, mas apresentou defesa junto a PMS. Dessa forma, os referidos processos encontram-se com a exigibilidade suspensa até que o mérito seja devidamente avaliado pelo Ente tributante.

Os processos classificados como obrigação possível, mas incerta, são considerados como passivos contingentes e não contabilizados, por não haver a

CONTINUA.

CONTINUAÇÃO.

confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente, conforme seção 21 da NBC TG 1000. Estas obrigações totalizam em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 2.401.987 (R\$ 8.197.960 em 31 de dezembro de 2016).
A entidade também controla no seu ativo não circulante os valores de depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2017 o montante é de R\$ 391.126 (R\$ 266.608 em 31 de dezembro de 2016) e representa depósitos judiciais de natureza trabalhista.

PROCESSOS JUDICIAIS

Probabilidade de Perda	Natureza	Valor envolvido atualiza- do da causa 31/12/2016	Provisões Constituídas	Atualizações	Baixa	Valor envolvido atualiza- do da causa 31/12/2017
PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS						
Provável	Trabalhista	29.773	38.000	2.486	(43.550)	26.709
Provável	Cível	580.000	116.975	64.180		761.155
Provável	Tributária	1.435.840	5.805.770	250.578		7.492.188
		2.045.613	5.960.745	317.243	(43.550)	8.280.052

PASSIVOS CONTINGENTES

Possível	Trabalhista	1.189.838	874.840	152.117	(574.504)	1.642.291
Possível	Cível	7.005.447	2.447.035	42.891	(8.738.616)	756.758
Possível	Tributária	2.675	-	263	-	2.938
		8.197.960	3.321.875	195.271	(9.313.119)	2.401.987
		10.243.573				10.682.038

DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Valor em 31/12/2016	Novos depósitos	Atualizações	Baixa	Valor em 31/12/2017
Depósitos Judiciais Trabalhistas	266.608	124.518	-	-	391.126
Depósitos Judiciais Area Civil	-	-	-	-	-
	266.608	124.518			391.126

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em conformidade com a legislação inerente às Entidades do Terceiro Setor, o valor do Patrimônio Social é "Zero", em função da natureza do contrato firmado entre a AEBES e a SESA, o qual define no item 3.1.9, que a AEBES, quando da extinção do Contrato de Gestão, a Entidade CONTRATADA deverá: "Transferir, integralmente, à CONTRATANTE em caso de desqualificação e consequente extinção da Organização Social, e/ou rescisão deste contrato, o patrimônio, os legados ou doações que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde no Hospital Estadual Dr. Jayme dos Santos Neves cujo uso lhe fora permitido".

Dessa forma, por se tratar de gestão de RECURSOS RESTRITOS, os quais só poderão ser utilizados na operacionalização dos serviços de saúde prestados no HEJSN, todo e qualquer excedente está contabilizado como PASSIVO, até que sejam atendidos os requisitos para reconhecimento da Receita. Sendo assim, a contabilização gera efeito zero no resultado, pois a Receita equipara-se aos custos e despesas que compoem. Tal entendimento é baseado nas normas aplicáveis às Entidades (Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1), item 9 e Resolução CFC 1.305/10 - NBC TG 07 (R1), item 12) e no Manual para Entidades do Terceiro Setor, confeccionado pelo Conselho Federal de Contabilidade, o qual esclarece que:

"Se a Entidade sem Finalidade de Lucros é financiada por fontes adicionais com restrição, essas fontes que financiam essas atividades restritas só podem ser aplicadas em plano de trabalho previamente aprovado que contemplem a vontade do aportador. Decorrente dessa restrição, as seguintes equações para a estrutura patrimonial e para a estrutura do resultado devem ser satisfeitas em qualquer estágio da aplicação dos recursos restritos:

a) estrutura patrimonial

Rr = Rrec - Rapl - Rd = 0

Em que Rr é recurso com restrição; Rrec é recurso recebido; Rapl é recurso aplicado; Rd é recurso disponível. Com essa equação satisfeita, as contas da parceria com restrição não afetam o equilíbrio patrimonial da entidade.

b) estrutura de resultado

Rp = Rpr - Cpr = 0

Em que Rp é resultado da parceria com restrição; Rpr é receita da parceria com restrição; Cpr é custo da parceria com restrição. Uma vez satisfeita essa equação, o resultado da parceria com restrição não afeta o resultado com transações próprias da entidade."

18 CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Esta conta representa os bens que estão em poder da AEBES, recebidos da Secretaria de Estado da Saúde - SESA e destinados a abertura e à operacionalização do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2012, Anexo IV - Termo de Permissão de Uso, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 2484-R, bem como também o registro da parcela do contrato prevista para a competência ainda não realizada.

Os valores foram registrados na sua maioria com base na nota fiscal de compra do bem fornecida pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, em alguns casos, por ausência da nota fiscal de compra, o valor foi registrado com o valor simbólico de R\$ 1,00 para possibilitar o controle físico do bem.

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Imobilizado de Terceiros		
Equipamentos Hospitalares	11.104.055	10.432.430
Equipamentos de Informática	3.081	3.084
Móveis e Utensílios	2.137.842	2.147.483
Veículos	122.750	122.750
	13.367.728	12.705.748

Contrato de Gestão

Parcelas do Contrato de Gestão em Execução	-	15.843.890
	-	15.843.890
	13.367.728	28.549.638

19 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A entidade classifica como outras receitas operacionais recursos de subvenções estaduais para investimentos, os valores de doações, locação de espaço conforme contrato com a empresa Eliemar José Cavatti - ME referente a prestação de serviços de lanchonete, os valores de matrículas

para o programa de residência médica, no qual a entidade está credenciada junto ao Ministério da Saúde, insubsistência ativa que é representada pela redução do passivo referente a reversão no saldo de processos judiciais trabalhistas, cíveis e tributários e as receitas financeiras.

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
RECEITA COM SUBVENÇÕES		
Subvenções para investimento - Estadual	1.166.608	1.129.643
	1.166.608	1.129.643
RECEITAS FINANCEIRAS		
Descontos Obtidos	728.147	791.767
	728.147	791.767
OUTRAS RECEITAS DOAÇÕES		
Doações de Medicamentos e Materiais	112.481	141.496
	112.481	141.496
OUTROS RECURSOS RECEBIDOS		
Receita de lanchonete explorada por terceiros	121.976	108.043
Receita Matrícula Residência Médica	37.530	500
Receita de Recuperações de Custos e Despesas	22.529	16.199
Receita Insubsistência Ativa	278.015	49.910
	460.050	174.652
	572.531	316.147
	2.467.285	2.237.557

20 CUSTOS DE PESSOAL PRÓPRIO

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Custo com Folha de Pagamento		
Salários	(30.897.823)	(28.794.941)
Horas Extras	(7.475.161)	(5.698.992)
Gratificações	(243.683)	(128.356)
Vale transporte	(361.724)	(183.168)
FGTS	(3.187.069)	(3.007.807)
PIS	(391.868)	(346.675)
Rescisão e Aviso Prévio Indenizado	(99.019)	(252.920)
	(42.656.347)	(38.412.859)

Provisões e Encargos s/Folha de Pagamento

Provisão de Férias	(4.598.696)	(4.476.312)
Provisão de FGTS s/Férias	(367.598)	(358.392)
Provisão de PIS s/Férias	(45.940)	(44.757)
Provisão de Décimo Terceiros Salário	(3.343.577)	(3.082.923)
Provisão de FGTS s/Décimo Terceiro Salário	(269.881)	(247.362)
Provisão de PIS s/Décimo Terceiro Salário	(33.634)	(31.009)
	(8.659.327)	(8.240.755)

Outros Custos de Pessoal

Exames Admissionais e Demissionais	(15.981)	-
Cursos e Treinamentos	(56.929)	(101.030)
Estagiário e Menor Aprendiz	(18.767)	(18.104)
Crédito Premiação PHERTO	(871.219)	(651.224)
Plano Odontológico	(110.521)	(173.131)
Plano Saúde	(190.181)	(167.071)
Indenizações e custas Trabalhistas	(3.374)	(15.507)
Seguro de Vida - Funcionários	(29.841)	(33.820)
Outros Custos de Pessoal	(4.400)	(3.908)
	(1.301.212)	(1.163.795)
	(52.616.886)	(47.817.409)

21 CUSTOS DE SERVIÇOS

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Custo com Serviços Médicos e Diagnóstico		
Serviços Médicos	(65.888.552)	(63.312.234)
Serviços de Banco de Sangue	(2.858.667)	(2.788.461)
Serviços de Imagem e Laboratório		
Análises Clínicas	(14.107.113)	(11.168.214)

CONTINUA.

CONTINUAÇÃO.

Ajustes das Estimativas de Provisão	(19.116)	(21.200)
	(82.873.448)	(77.290.109)
Custo com Serviços Diversos		
Serviços de Manutenção e Engenharia Clínica e Predial	(1.489.925)	(1.650.028)
Serviços de Fornecimento de Alimentação	(8.318.721)	(7.785.999)
Serviços de Lavanderia	(936.238)	(909.595)
Serviços de Higienização	(1.264)	(52.675)
Serviços de Vigilância	(2.882.559)	(2.341.240)
Serviços de Remoção de Pacientes	(528.039)	(484.999)
Serviços de Manutenção de Sistemas	(1.033.891)	(1.009.457)
Serviços Advocatórios	(241.595)	(240.800)
Serviços de Assessoria e Consultoria	(221.844)	(89.687)
Serviços com Exames e Procedimentos	(474.014)	(508.355)
Serviços de auditoria	(139.326)	(122.442)
Publicação em Jornais	(560)	-
Serviço de Esterilização	(625)	(47.963)
Serviço de Guarda de Documentos	(307.400)	-
Serviços Diversos	(62.765)	(87.715)
	(16.638.766)	(15.330.955)
	(99.512.214)	(92.621.065)

22 CUSTOS DE MATERIAIS

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Custos de Materiais		
Medicamentos	(12.966.608)	(12.502.244)
Material Médico Hospitalar	(10.449.762)	(9.839.875)
Gases Medicinais	(390.515)	(621.293)
Gêneros Alimentícios	(613)	(14)
Material de Higiene e Limpeza	(1.110.571)	(1.201.733)
Material de Expediente e Impresso	(416.321)	(395.793)
Material para Manutenção de Máquinas e Predial	(495.322)	(1.067.026)
Combustíveis e Lubrificantes	(493.850)	(412.396)
Materiais Descartáveis para Consumo	(192.402)	(193.562)
Material Cirúrgico de Orteses e Próteses	(1.986.251)	(1.983.970)
Bens de Pequeno Valor	(203.449)	(103.336)
Roupas Hospitalares	(336.692)	(220.195)
Baixa de Produtos do Estoque	(203.161)	(201.863)
Ajuste de Inventário	(187.193)	(260.264)
Outros Materiais de Consumo	(148.408)	(176.864)
Material para Manutenção Engenharia	(618.263)	-
	(30.199.381)	(29.180.428)

23 DESPESAS GERAIS

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Energia Elétrica	(5.096.620)	(4.974.766)
Telefone e Internet	(121.302)	(126.699)
Água e Esgoto	(546.033)	(550.806)
Locações Diversas	(1.111.268)	(616.355)
Outros Gastos Gerais	(317.033)	(184.446)
	(7.192.256)	(6.453.072)

24 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras de rendimentos sobre aplicações estão registradas em conta de passivo de recursos públicos para investimento a realizar e recursos públicos para custeio a realizar conforme Nota 15.1 e 15.2.

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Receitas Financeiras		
Descontos obtidos	728.147	791.767
	728.147	791.767
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(45.681)	(41.045)
Juros, Multas e Correções	(7.151)	(20.374)
	(52.831)	(61.419)
	675.316	730.348

25 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Despesas Tributárias		
Impostos, Taxas e Contribuições	(77.497)	(61.376)
IPVA e Seguro Obrigatório	(71)	(110)
Multas e Infrações Fiscais	(23.284)	(451)
	(100.852)	(61.937)

26 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Despesas não Operacionais	(1.753)	(520)
Indenizações e Sinistros	-	(2.630)
Custas Processuais Processos cíveis	-	(242)
Baixas de Bens do Imobilizado	(22.329)	(1)
	(24.082)	(3.393)

27 BENEFÍCIOS FISCAIS

Em atendimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, a entidade informa que deixou de recolher para Previdência Social os valores do INSS patronal, SAT e Terceiros, bem como os valores de PIS, IRPJ, CSLL, COFINS e ISSQN, sobre suas receitas totais, tendo em vista o caráter de entidade beneficente.

	Em 31 de dezembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Impostos e Contribuições Federais		
Previdência Social Patronal	9.318.090	8.313.473
Previdência Social S.A.T	931.809	831.347
Previdência Social Terceiros	2.702.246	2.410.907
Previdência Social Cooperativa	419.964	409.132
PIS Faturamento	2.360.149	500.260
COFINS	12.675.957	2.715.905
	28.408.216	15.181.024
Impostos e Contribuições Municipais		
Imposto sobre Serviço - ISS	3.895.246	3.528.598
	3.895.246	3.528.598
	32.303.462	18.709.622

28 GRATUIDADES

Com relação às gratuidades, nos termos da Lei nº 12.101/09, Portaria nº 3.355/10 e Decreto nº 8.242/14 a entidade disponibiliza 100% da capacidade instalada da Unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

29 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A entidade oferece aos seus funcionários participação no programa PHERTO - Programa do Hospital Dr. Jayme Santos Neves de Retenção de Talentos e Oportunidades, Plano Odontológico e Plano de Saúde, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são em sua totalidade custeados pela entidade, exceto o plano de saúde, que é participativo. Estes benefícios são registrados como custo de pessoal quando incorridos. Em 31 de dezembro de 2017 o montante representa R\$ 1.171.921 (R\$ 737.438 em 31 de dezembro de 2016).

30 TRABALHO VOLUNTÁRIO

A entidade informa que não possui programas de trabalho voluntariado na unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves.

31 SEGUROS

A Entidade possui seguros de veículos, e também contra incêndio com garantia contratada para incêndio, explosão, queda de raios, tumultos, danos elétricos, despesas fixas, quebra de vidros, mármore e granitos, roubo ou furto qualificado do conteúdo, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves e fumaça, bem como assistência 24 horas.

Os seguros mantidos pela entidade propiciam as seguintes coberturas, em 31 de dezembro de 2017:

	2017	2016
	Valor da cobertura máxima	Valor da cobertura máxima
Seguro Imóvel	14.950.000	-
Seguro Veículos	400.000	429.666
	15.350.000	429.666

32 OUTROS ASSUNTOS

Em março de 2013, o Ministério Público Especial de Contas e o Ministério Público do Estado do Espírito Santo emitiram o Termo de Notificação nº 0283, referente ao Processo TC - 2299/2013, solicitando a suspensão da execução do Contrato de Gestão nº 001/2012, firmado entre a AEBES Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense e a SESA - Secretária de Estado da Saúde, correspondente à gestão do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. Processo continua sem alterações, não ocorrendo decisões, ou intimações até a presente data.

O processo movido pela Defensoria Pública do Município da Serra, sob o nº 0001662-65.2014.8.08.0048, conforme já informado, o referido processo não havia liminar concedida contra a AEBES - Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense, sendo assim este processo foi encerrado, aguardando a baixa definitiva conforme despacho proferido em 24/07/2017 pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

Sebastião Vicente de Oliveira
Presidente

Antonio Ottobelli da Luz
Tesoureiro

Denise Hell Elias
Contadora - CRC-ES 013149/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

À Assembleia Geral da AEBES Associação Evangélica Beneficente Espírito-Santense Hospital Estadual Dr Jayme Santos Neves - HEJSN O Conselho Fiscal da AEBES - Associação Evangélica Beneficente Espírito-Santense, no uso de suas atribuições legais descritas no Art. 41, alínea "e" do Estatuto Social da AEBES, examinou as Demonstrações Contábeis e demais documentos relativos às operações realizadas por esta Instituição referente ao Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves - HEJSN, com o objetivo de expressar sua opinião sobre os atos da Administração referentes ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A BAKER TILLY BRASIL-ES considerou adequadas as demonstrações contábeis do referido exercício, baseando-se na auditoria dos documentos, processos e rotinas executadas pelos Setores Financeiro e Contábil da Instituição. Mesmo diante de um cenário caótico vivido pelas empresas dos mais variados segmentos de atividades, frente à crise política, econômica, social e moral que atravessamos, as instituições de saúde, especialmente aquelas que possuem uma equipe sólida, coesa e comprometida com resultados; como a AEBES; culminou com resultados que superaram as expectativas.

Com base na análise das demonstrações contábil-financeiras do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves - HEJSN executadas pela Auditoria Independente, este Conselho Fiscal recomenda a aprovação da Prestação de Contas à Assembleia Geral da AEBES.

Vila Velha - ES, 19 de Março de 2018.
Eli Saar
Relator
Renato de Souza
Secretário
Marcelino Gonçalves Ferreira
Membro Efetivo